

# Estudo Técnico Preliminar 21/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 35014.028876/2023-41

## 2. Do Estudo Técnico Preliminar (ETP)

Dispõe acerca da definição do Estudo Técnico Preliminar (ETP), e alinhamento da presente contratação, conformidade à INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022, em consonância à **Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLCA), LEI 14.133/2021.**

2.1. O **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** é o "*documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação*", conforme Art. 3º, inciso I, da **INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022**, em consonância à **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLCA)**, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

2.2. Nos arquivos do Portal do Tribunal de Contas da União - TCU, na seção de 'Riscos e Controle nas Aquisições' (RCA /TCU), temos:

*"1. A elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação (planejamento preliminar) e tem como objetivo:*

- a) **assegurar a viabilidade técnica da contratação**, bem como o tratamento de seu impacto ambiental;*
- b) **embasar o termo de referência** ou o projeto básico, que somente é elaborado se a contratação for considerada viável, bem como o plano de trabalho, no caso de serviços [...]"*

2.3. O propósito do ETP é elucidado de forma clara na seção de 'Perguntas Frequentes', do Portal de Compras do Governo Federal, conforme abaixo:

***"A elaboração dos ETP busca aprofundar o conhecimento sobre o problema a ser resolvido para que então seja definida a solução mais adequada** às necessidades da administração, considerando o interesse público, os objetivos estratégicos da instituição, as opções do mercado, que pode ser a contratação de um serviço, a aquisição de um bem, a realização de uma obra, ou, até mesmo, a execução direta do objeto pelo próprio órgão/entidade. Enfim, os ETP buscam avaliar a viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental de se realizar uma contratação."*

2.4. O presente estudo foi elaborado e revisado pela **Equipe de Planejamento da Superintendência Regional Sul do INSS**, visando assegurar a viabilidade técnica e econômica para a presente contratação, em consonância ao Art 6º, da **INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022**, in verbis:

***"Art. 6º O ETP deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação."***

### 3. Descrição Sumária do Objeto deste ETP

3.1. O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de **desinsetização, desratização e descupinização com o fornecimento de todos os materiais e mão de obra indispensáveis à plena execução dos serviços**, com a finalidade de atender às necessidades das unidades do INSS vinculadas à Superintendência Regional Sul, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

**3.2. A descrição completa do objeto da contratação está presente no capítulo inerente à "DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO", deste Estudo Técnico Preliminar e também no TERMO DE REFERÊNCIA.**

### 4. Descrição da necessidade

#### SERVIÇO ESPECIALIZADO DE DEDETIZAÇÃO

Dispõe acerca das necessidades inerentes à presente contratação, evidenciando o problema identificado e a real necessidade que ele gera, bem como o que se almeja alcançar com a contratação. É a justificativa da contratação de uma solução, decorrente da necessidade de atender a uma demanda do negócio

#### 4.1. DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA:

*O INSS - SRSUL possui mais de 250 imóveis, distribuídos entre as suas 19 Gerências Executivas, localizadas nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Muitos dos imóveis são construções antigas, alguns, próximos de áreas verdes. Essas áreas estão sujeitas à incidência de pragas urbanas e animais sinantrópicos (animais silvestres que se adaptaram a viver junto ao homem, a despeito da vontade deste), que podem colocar em risco a saúde e a integridade física dos cidadãos que circulam diariamente nas unidades.*

*Visa impedir, de modo integrado e utilizando métodos eficazes, que vetores e pragas urbanas, tais como roedores (ex: ratos, ratazanas, camundongos, etc), artrópodes quelicerados (ex: aranhas, escorpiões, carrapatos, etc), insetos voadores e rasteiros (ex: baratas, moscas, vespas, pernilongos, etc), se instalem ou se reproduzam no ambiente e dependências do INSS, de forma a preservar a saúde do público interno (servidores, terceirizados e estagiários) e externo usuário (segurados e cidadãos em geral) das dependências dessa Superintendência, além de conservar o patrimônio da Autarquia, em conformidade com a Resolução RDC nº 52/2009/ANVISA, que dispõe sobre o funcionamento das empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas.*

*Trata-se de um serviço cuja prestação é sustentada sob a égide do Princípio da Continuidade do Serviço Público, que visa não prejudicar o atendimento à população e, portanto, não podem ser interrompidos pois colocariam o público usuário em riscos potenciais.*

*A ausência dos serviços em tela pode tornar insalubre o ambiente das Unidades, causar agravos à saúde dos usuários da Autarquia, além de prejuízos econômicos (ex: desgaste dos bens móveis e imóveis por ação de cupins, formigas, etc) ou ainda propiciar a disseminação de doenças e infecções (pragas que são vetores de patógenos), tais como dengue, febre amarela, doença de chagas, etc;*

*O objetivo da presente contratação é o fornecimento de um serviço especializado, de boa qualidade, com intervenções bem planejadas e realizadas dentro dos parâmetros de qualidade exigidos por esta Autarquia, de forma a conservar todas as funcionalidades das instalações físicas do INSS - SRSUL e a manutenção de um ambiente saudável livre de pragas e doenças.*

#### 4.2. DO PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO:

Trata-se de serviço essencial cuja prestação é sustentada sob a égide do **Princípio da Continuidade do Serviço Público**, que visa não prejudicar o atendimento à população e, portanto, não podem ser interrompidos pois colocariam em perigo a saúde e a segurança do público usuário que usufrui dos serviços prestados pelas Unidades do INSS - SRSUL.

#### 4.3. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:

A contratação dos serviços objeto deste documento atende ao Planejamento Estratégico da Direção Central do INSS em Brasília, estando contemplada no Mapa Estratégico 2020-2023 e no Plano de Ação, ambos aprovados pelo Comitê Estratégico de Governança do INSS, por meio da Resolução nº 2/CEGOV/INSS, de 31 de dezembro de 2019, atualizada pela Resolução Nº 7/CEGOV/INSS, de 10 de junho de 2020. Enquadra-se na Gestão Eficiente de Recursos.

Além de estar alinhado com o Planejamento Estratégico, a contratação está prevista no PAC 2023 (SEI 10432450) da SR SUL.

#### 4.4. DO ENCERRAMENTO DOS CONTRATOS VIGENTES - DOS CONTRATOS DE SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS:

Os atuais contratos de dedetização da Superintendência Regional Sul foram derivados do Pregão Eletrônico 24/2021 UASG 510181 que gerou a Ata de Registro de Preços 02/2021 (SEI 5615556) cuja vigência ocorreu de 25/11/2021 a 25/11/2022. Os últimos contratos foram firmados em 11/2022 com vigência de 7 meses, portanto até 06/2023.

A Licitação anterior foi realizada pelo Sistema de Registro de Preços, pois as contratações poderiam ocorrer conforme a necessidade, limitada a duas contratações por unidade, de forma que não parecia possível mensurar com exatidão o total dos serviços a serem demandados.

Ocorre que, conforme se observou no Processo anterior, SEI 35014.071969/2021-23 o serviço foi demandado na primeira aplicação para todas as unidades, exceto para a GEX Ponta Grossa que possuía outra contratação vigente. Na segunda aplicação, que ocorreu após o prazo de garantia da primeira, o serviço foi demandado, sem exceção, para todas as unidades.

Observa-se então que para manter as unidades livres de insetos a LOGDIV providenciou a realização da dedetização e desratização e descupinização (nos focos de cupins) em todas as unidades vinculadas ao contrato, tendo, inclusive, aditivado o imóvel que foi alugado após a contratação, de forma que todas as unidades da SRSUL passaram por dedetização no último semestre.

Os contratos supracitados foram regidos pela antiga lei de licitações e contratos, Lei 8.666/1993 e foram licitados na forma de Serviço Não Continuoado, pelo Sistema de Registro de Preços.

**Ressalta-se que, após estudo de viabilidade pela Equipe de Planejamento da Contratação, a futura contratação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLCA), considerando-se a proximidade do prazo limite para contratações regidas pela antiga lei de licitações e contratos, Lei 8.666/1993 e atendimento aos critérios de oportunidade e conveniência para a Administração Pública.**

#### 4.5. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS QUANTO À NECESSIDADE DA PRESENTE CONTRATAÇÃO:

Os serviços supramencionados buscam atender a necessidade permanente da Administração, caracterizando-se como atividades de apoio, que visam contribuir de forma acessória para o cumprimento da missão do INSS, como relatado neste estudo. Frisa-se que a terceirização dos serviços é possível quando o órgão não dispõe de recursos humanos e cargos disponíveis com atribuições condizentes com o objeto no quadro de pessoal da instituição.

Assim, a terceirização de serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios para serem executados de forma indireta é totalmente possível e encontra amparo legal, desde que vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contrato.

Dadas as considerações supracitadas, o presente estudo busca averiguar quais soluções estão disponíveis para suprir as necessidades contínuas acerca dos serviços essenciais elencados anteriormente, com vistas a assegurar condições satisfatórias para o correto funcionamento das unidades do INSS - SRSUL, **garantindo-se ao público usuário ambiente salubre e seguro para o desenvolvimento das atividades Institucionais.**

## 5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

COFL SRSUL

Antônio Marcos Ribeiro

## 6. Descrição dos Requisitos da Contratação

Dispõe acerca dos requisitos indispensáveis de que o objeto a contratar deve dispor para atender à demanda, que devem ser veiculados como especificações técnicas do objeto ou como obrigação da contratada. Neste tópico do estudo, as práticas de sustentabilidade deverão ser destacadas, no que couber, sob as suas diferentes dimensões (ambiental, social e econômica)

### 6.1. DA CLASSIFICAÇÃO COMO SERVIÇO COMUM:

Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços comuns porque seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do **Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, in verbis:**

*Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Art. 6º, inciso XIII: "Para os fins desta Lei, consideram-se: **bens e serviços comuns**: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado"*

### 6.2. DA NATUREZA CONTINUADA DO SERVIÇO:

O objeto do presente estudo, pelas suas características e com base na descrição das necessidades apresentadas anteriormente, **possui natureza de serviço continuado**, conforme razões a seguir:

O serviço em tela enquadra-se na definição de serviços contínuos devido à sua essencialidade e importância, de forma a impedir que sua eventual interrupção comprometa seriamente a adequada prestação do serviço público realizado pelo INSS - SRSUL, conforme dispõe o **Art. 6, inciso XV, da Lei 14.133/2021, in verbis:**

*Lei 14.133/2021, Art 6º, inciso XV: "**serviços e fornecimentos contínuos**: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas"*

Apesar do serviço ter sido contratado do processo anterior como Serviço não continuado, na prática verificou-se a necessidade de manutenção das unidades livres dos insetos cujo extermínio é o objeto da presente Contratação.

Conforme mencionado no item 4.1 (acima) foi necessária a execução dos serviços de dedetização em todas as unidades, duas vezes, durante a vigência da Ata, de forma que é possível estabelecer de antemão a quantidade, frequência e necessidade dos serviços a serem contratados. Além disso, como se pode observar na contratação anterior, em algumas Unidades foi solicitada reaplicação no prazo de garantia de 06 meses entre uma aplicação e outra, infestação de formigas, baratas, ratos, entre outros (conforme documentado nos emails SEI 10814283, 10814341, 10814378 e 10814410). Tais situações demonstram a necessidade contínua da prestação dos serviços pois a manutenção de infestações de insetos e/ou roedores nas unidades do INSS tornariam o ambiente insalubre para servidores e usuários.

### 6.3. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DA PRORROGAÇÃO:

Para a presente contratação, o prazo de vigência contratual estará em consonância ao disposto no **Artigos 106 e 107, da Lei 14.133/2021, in verbis:**

*Lei 14.133/2021, Artigos 106 e 107:*

*"Art. 106. A Administração **poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos**, observadas as seguintes diretrizes:*

*I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;*

*II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;*

*III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

[...]

**Art. 107.** *Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a VIGÊNCIA MÁXIMA DECENAL, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.*

Para a presente contratação, será adotada a seguinte redação que está em conformidade ao disposto na minuta contratual da Advocacia-Geral da União (AGU), *in verbis*:

**Consta na MINUTA DO TERMO DE CONTRATO, *in verbis*:**

*"O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021."*

Conforme explanado anteriormente, devido à natureza continuada do serviço, há possibilidade do prazo contratual ser firmado, existindo créditos orçamentários, por até 5 anos (Art. 106, Lei 14.133/2021):

Para a presente contratação, considerando-se a peculiaridade do objeto em estudo e o orçamento disponível, **o contrato será firmado em prazo inicial de 12 meses, prorrogável até o limite de vigência máxima decenal (10 anos)**, desde que atendidos os **critérios dispostos nos incisos I a III, do Art. 106.**

#### **6.4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

**Consta no Termo de Referência, *in verbis*:**

*"4.1. A empresa deverá estar devidamente autorizada pelos Órgãos competentes para que possa desempenhar plenamente a prestação dos serviços que compõem o objeto do presente Termo de Referência.*

*4.2. A contratação deve atender às legislações, normas e regulamentações definidas pelas legislações federal, estadual e /ou municipal em vigor.*

**4.3. A contratação deverá atender plenamente às exigências previstas neste Termo de Referência e aos critérios de habilitação previstos no Edital e seus anexos.**

*4.4. Casos omissos ou não indicados nesta seção do Termo de Referência serão resolvidos e definidos previamente junto à Contratante."*

##### **6.4.1. SUSTENTABILIDADE:**

**Consta no Termo de Referência, *in verbis*:**

*"4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (08/2022)*

*(...)"*

##### **6.4.2. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):**

**Consta no Termo de Referência, *in verbis*:**

"4.2. Na presente contratação não há indicação de marcas/modelos."

#### **6.4.3. DA VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:**

**Consta no Termo de Referência, in verbis:**

*"4.3. Não há vedação à utilização de marcas/produtos por parte da Contratada durante a execução do serviço, desde que devidamente autorizadas/registradas junto aos Órgãos competentes."*

*4.3.1. Ademais, assim dispõe a nota explicativa da Advocacia-Geral da União (AGU), in verbis:*

*"Diferentemente do mercado privado, em que basta a vontade do particular de não efetuar nova contratação, no âmbito das contratações públicas é necessária a existência de justo motivo, que a lei vincula à existência de processo administrativo prévio, cujo resultado tenha culminado com a conclusão de que determinado produto ou marca não atendem aos requisitos mínimos para que sejam adquiridas pela Administração. O caput do artigo 41 (da Lei nº 14.133, de 2021) deixa claro que essa deve ser uma medida excepcional, que terá cabimento quando houver necessidade. Somente será possível vedar a aquisição de produto ou marca se houver processo administrativo prévio no qual as razões administrativas tenham sido expostas, com possibilidade de participação do particular envolvido, a fim de que a exclusão de marca ou produto não constitua um ato arbitrário."*

#### **6.4.4. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE:**

**Consta no Termo de Referência, in verbis:**

*"4.4. Para o presente certame, não será exigida carta de solidariedade em razão de seu potencial de restringir a competitividade do certame, com respaldo na recomendação exarada pela nota explicativa da Advocacia-Geral da União (AGU), in verbis: "a exigência de carta de solidariedade somente se justificará em situações excepcionais e devidamente motivadas."*

#### **6.4.5. DA SUBCONTRATAÇÃO:**

**Consta no Termo de Referência, in verbis:**

*"4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, por se tratar de serviço comum, ausente complexidade no objeto, porém, com necessária especialização para a execução dos serviços, conforme artigo 6º da RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 52, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009 - Ministério da Saúde, ANVISA."*

#### **6.4.6. GARANTIA DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

*Não será exigida garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, dada a baixa complexidade e valor do objeto contratual e também em razão de seu potencial de restringir a competitividade do certame caso fosse exigido. Portanto, serão suprimidas todas as cláusulas correlatas a este tópico."*

#### **6.4.7. VISTORIA (OPCIONAL):**

**Consta no Termo de Referência, in verbis:**

*"4.16. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16h00 horas."*

**Todas as condições detalhadas inerentes ao agendamento e realização da vistoria constam disposto no Termo de Referência.**

#### **6.5. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:**

- A licitante deverá apresentar comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, conforme previsão Editalícia.

##### **6.5.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- A licitante deverá apresentar a habilitação jurídica, conforme previsão Editalícia.

##### **6.5.2. DA HABILITAÇÃO / QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- A licitante deverá apresentar a comprovação de qualificação econômico-financeira, conforme previsão Editalícia.

### 6.5.3. DA HABILITAÇÃO / QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- A licitante deverá apresentar a comprovação de qualificação técnica, conforme previsão Editalícia.

#### Consta no Termo de Referência, *in verbis*:

##### *Comprovação de Autorização ou Licença de Funcionamento:*

8.29. Ato de registro, autorização ou licença para funcionamento expedido pelo órgão competente do Estado, do Distrito Federal e/ou do Município, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, artigos 5º e 9º da Instrução Normativa Ibama nº 141, de 19 de dezembro de 2006, da RDC Anvisa nº 52, de 22 de outubro de 2009 e legislação e normatização correlata.

##### *Comprovação de Registro junto a Conselho Profissional Competente:*

8.30. Registro no Conselho Profissional afeto à categoria do respectivo Responsável Técnico para prestar serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC Anvisa nº 52, de 22 de outubro de 2009. (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis)

##### *Comprovação da Capacitação Técnico-Profissional:*

8.31. Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela respectiva entidade profissional, detentor de atestado de responsabilidade técnica (Certidão de Acervo Técnico ou documento equivalente), na data prevista para entrega da proposta, relativo à execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC Anvisa nº 52, de 22 de outubro de 2009. (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis)

8.31.1. Em princípio, poderão exercer a função de Responsável Técnico em empresas de Controle de Pragas e Vetores: biólogos, veterinários, químicos, engenheiros químicos, farmacêuticos e agrônomos, que possuam comprovação para exercerem tal função, emitida pelos respectivos Conselhos de representação profissional. (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis)

8.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.32.1.1. atividades compatíveis aquelas que envolverem os serviço de desinsetização, desratização e descupinização igual ou superior à 20% da metragem quadrada total de cada item a ser licitado.

8.32.1.2. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviço prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.32.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MP n. 5, de 2017;

8.32.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.32.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.32.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### 6.6. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

Não será permitida a participação de consórcios para permitir a participação de empresas individualmente em disputa umas com as outras, pois se trata de contratação de serviço com foco no dia a dia da Administração, sem envolver alta complexidade técnica, prestado por inúmeras empresas.

## 7. Levantamento de Mercado

Dispõe acerca da pesquisa e análise comparativa das soluções alternativas disponíveis no mercado para atendimento aos problemas levantados no tópico relativo à necessidade da contratação.

### 1) DAS DEFINIÇÕES PRELIMINARES:

Antes de procedermos ao levantamento de mercado em si, cabem algumas considerações acerca das definições apresentadas neste tópico do Estudo Técnico. Com base nos requisitos da contratação definidos anteriormente, deve ser feito levantamento para identificar quais soluções existentes no mercado atendem aos requisitos estabelecidos, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com os respectivos preços estimados, **levando-se em conta aspectos de economicidade, eficiência, eficácia e padronização**. (TCU, Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação - 1ª Edição, 2012).

Também é importante ressaltar o disposto no Art. 7º, inciso III, §1º, da IN 40/2020, *in verbis*:

*"III - levantamento de mercado, que consiste na **prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções**, podendo, entre outras opções:*

***a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades**, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e*

***b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas**, para coleta de contribuições."*

**1.1.) DO PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE:** Segundo Marçal Justen Filho (1998, p.66) “A economicidade impõe adoção da solução mais conveniente e eficiente sob o ponto de vista da **gestão dos recursos públicos**”. Trata-se, portanto, do uso otimizado dos recursos públicos na contratação de determinado objeto, considerada a relação custo-benefício para tal feito.

**1.2.) DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA:** Segundo Joel de Menezes Niebuhr (2006, p. 43), “a eficiência em licitações públicas gira em torno de três aspectos fundamentais: preços, qualidade e celeridade”. Os preços relacionam-se diretamente com a **economicidade (menor custo)** ligando esta à eficiência, a **celeridade (rapidez na contratação)** refere-se ao menor prazo possível entre a publicação do ato convocatório e o recebimento do objeto adquirido ou do serviço contratado e a **qualidade**, por seu turno, diz respeito a **padrão de desempenho** e, por isso, embute um fator de subjetividade. De acordo com Chiavenato (2003, p.155), “a eficiência é uma relação entre custos e benefícios, ou seja, uma relação entre recursos aplicados e produto final obtido: é a razão entre o esforço e o resultado, entre a despesa e a receita, entre o custo e o benefício resultante”.

**1.3.) DO PRINCÍPIO DA EFICÁCIA:** Noutra linha de raciocínio, de acordo com Paulo Sandroni (2002, p. 198), pode-se diferenciar eficiência de eficácia concernindo à eficiência como a forma (meio) de se realizar uma tarefa e à **eficácia como o resultado alcançado (objetivo almejado)** em decorrência da realização de determinado trabalho.

**1.4.) DO PRINCÍPIO DA PADRONIZAÇÃO:** Trata-se da contratação de soluções cujas especificações estejam alinhadas aos padrões disponibilizados usualmente pelo mercado. Esse princípio visa minimizar o risco de contratação de objetos com especificações não usuais no mercado (sem padrão) e que, por conta da especificação escolhida e despadronizada, gere impacto negativo e relevante nos custos da contratação, bem como limitação à competição ou a sua realização devido à especificidade não usual em relação aos padrões ofertados pelo mercado, o que contrariaria o disposto no Art. 3º, XI, alínea 'a', item 1, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, no que tange à vedação de “especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame”, e o princípio da economicidade, disposto no Art. 70 da Constituição Federal.

### 2) DO LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO:



Consideradas as definições anteriores, a Equipe de Planejamento realizou a prospecção junto ao mercado para para averiguar as soluções disponíveis que poderiam atender de forma adequada à necessidade das Unidades do INSS - SRSUL, de acordo com os requisitos da contratação dispostos em tópico anterior deste estudo.

## 2.1.) DO ESTUDO DAS CONTRATAÇÕES SIMILARES POR ENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

ÓRGÃO	CERTAME	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	UN. MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
INSS SRSUL (contratação anterior)	PE SRP 24 /2021	Serviços não continuados de desinsetização, desratização e descupinização, a serem realizados na Superintendência Regional III do INSS	1.179.590 (considerando 2 aplicações)	M²	R\$ 0,34 (valor médio entre os itens por aplicação/m²)	R\$ 403.250,09 (duas aplicações anuais)
INSS Sobral /CE	Pregão 35 /2021	Contratação de empresa especializada para a prestação do serviço de controle de vetores e pragas urbanas, compreendendo a desinsetização, a desratização e a descupinização com utilização de atomização e termonebulização (fumacê) de áreas internas e externas das unidades operacionais administradas pela Gerência Executiva do INSS em Sobral.  SEI 35014.021873/2021-14	21.435,87 (área interna + área externa)	M2	R\$ 0,60 (cada aplicação)	R\$ 51.756,84 (quatro aplicações anuais)
IFSP Pirituba	Pregão 1750 /2023  UASG 158154	Prestação de serviços de dedetização (desinsetização, desratização, descupinização e controle de escorpiões); e limpeza e desinfecção de caixas d'água e de gordura, com o fornecimento de todos os materiais e mão de obra indispensáveis à plena execução dos serviços.	Item 1 - dedetização trimestral  Item 2 - descupinização anual  5.203,91 m² área construída	SERVIÇO	Item 1 - R\$ 0,17 m²  Item 2 - R\$ 0,21	R\$ 4.691,91
Marinha - Centro de Instrução Almirante Alexandrino	Pregão SRP 02/2023  UASG 762600	Prestação de serviço continuado de controle de vetores e pragas urbanas, compreendendo: desinsetização e desratização conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.	-	SERVIÇO	Valores e periodicidades variadas	R\$ 24.994,92
Polícia Federal	Pregão 06 /2023	O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de dedetização, desinsetização, desratização e descupinização de ambientes. para atender a área interna da Polícia Federal. São quatro aplicações trimestrais.	423.833,00 (considerando 4 aplicações)	m²	R\$ 0,06	R\$ 25.429,98
		Prestação dos serviços continuados de desinsetização/dedetização, descupinização e desratização, com				

SEGES	Pregão 06 /2022	fornecimento de todos os materiais, equipamentos e ferramentas necessários, a serem executados nas instalações físicas do edifício-sede e demais prédios do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos na cidade do Rio de Janeiro (MGISP/RJ), nas sedes das Procuradorias Seccionais e demais prédios do Ministério do Trabalho, distribuídas pelo Estado do RJ. Dedetização e desratização com aplicação semestral e descupinização com aplicação anual.	Grupo 2 (metragem única para os 3 serviços - Dedetização, desratização e descupinização.  7.491 m²	M²	R\$ 0,30 Estimado	R\$ 11.461,23
-------	-----------------	--	--	----	----------------------	---------------

## 2.2.) DOS ORÇAMENTOS PRATICADOS PELO MERCADO:

Constam nos autos processuais a pesquisa de preços 04/2023 realizada através do gov.br/compras.

## 2.3.) DO LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES EM POTENCIAL:

SOLUÇÕES LEVANTADAS EM POTENCIAL	
Soluções em potencial:	Descrição da solução:
<b>SOLUÇÃO 1:</b>	Contratação somente de serviços de desinsetização e desratização por escopo, através de SRP seguindo-se o modelo adotado na contratação anterior.
<b>SOLUÇÃO 2:</b>	Contratação dos serviço de dedetização e desratização na forma continuada conforme verificada em outras unidades do INSS e em outros órgãos, com frequência superior à atualmente praticada.
<b>SOLUÇÃO 3:</b>	Contratação dos serviço de dedetização e desratização na forma continuada, com frequência semestral.

## 3) DA ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES LEVANTADAS DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA CONTRATANTE:

Segue abaixo tabela comparativa acerca das soluções levantadas:

ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES LEVANTADAS			
Critérios	Avaliação da Solução 1	Avaliação da Solução 2	Avaliação da Solução 3
<b>Eficiência</b>	ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	ATENDE
<b>Eficácia</b>	ATENDE PARCIALMENTE	ATENDE	ATENDE
<b>Economicidade</b>	ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	ATENDE
<b>Padronização</b>	ATENDE PARCIALMENTE	ATENDE	ATENDE

## 3) DA ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO:

Considerados os critérios levantados na tabela supramencionada, a Equipe de Planejamento determinou que a melhor solução a ser considerada para o presente processo de contratação é a **SOLUÇÃO 3**.

### 3.1. DAS JUSTIFICATIVAS PARA A ESCOLHA DA SOLUÇÃO SUPRACITADA:

A escolha da SOLUÇÃO 1 resulta na realização de inúmeros processos licitatórios (um a cada dois anos que é o prazo máximo de vigência da Ata), além de não se mostrar adequada para o serviço em questão. Pode-se observar pelo histórico do INSS SRSUL e pelas contratações de outros entes públicos que o serviço de dedetização e desratização é um serviço continuado.

A escolha da SOLUÇÃO 2 é a escolhida por alguns órgãos, porém no INSS observa-se a necessidade de interrupção da atividade fim pelo menos por algumas horas durante e após a aplicação dos pesticidas. Além disso, mesmo o valor sendo inferior por m<sup>2</sup> observa-se que aumentando o número de aplicações tem-se a tendência a resultar em um custo maior. Ainda, conforme mencionado no item 6.2 (acima) poucas unidades acionaram a garantia da contratação no processo anterior. Isso significa que em menos de 5% das unidades foi necessária nova aplicação durante o intervalo de 6 meses inicialmente previsto como garantia do serviço, demonstrando que não há necessidade de alteração da regra para todas as unidades, com a redução do intervalo entre as aplicações, pois tal ação impactaria diretamente no atendimento aos cidadãos e ainda em custos adicionais com vigilante horista para cobrir o período de aplicação fora do horário de expediente.

**Escolhe-se a SOLUÇÃO 3, no qual há contratação do serviço de natureza continuada, sob demanda, no intervalo mínimo de 06 (seis) meses entre as aplicações. Tal solução em sua completude às necessidades técnicas reais e vigentes da Contratante; aos critérios dispostos no Guia de Boas Práticas do Tribunal de Contas da União (TCU), em termos de eficiência, eficácia, economicidade e padronização e, principalmente, também enquadra-se e respeita as limitações orçamentárias vigentes, sendo a melhor solução que pode ser adotada para o momento.**

## 8. Descrição da solução como um todo

Dispõe acerca da descrição da solução como um todo. A solução é o conjunto de todos os elementos (bens, serviços e outros) necessários para, de forma integrada, gerar os resultados que atendam à necessidade que gerou a contratação

### 8.1. DESCRIÇÃO SUCINTA DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de dedetização, desratização e descupinização com o fornecimento de todos os materiais e mão de obra indispensáveis à plena execução dos serviços, com a finalidade de atender às necessidades do da Superintendência Regional Sul do INSS e unidades jurisdicionadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

### 8.2. DESCRIÇÃO COMPLETA DA SOLUÇÃO QUE SE ALMEJA CONTRATAR:

**Consta no TERMO DE REFERÊNCIA, in verbis:**

**1.2. TABELA DE ITENS, QUANTIDADES E VALORES:** A tabela a seguir contém a relação de itens que compõem o objeto licitatório como um todo. A descrição detalhada está indicada no subitem **1.2.3. TABELA DE DESCRIÇÕES DETALHADAS**, deste Termo de Referência:

Item	Especificação	CATSER	Área total	Previsão de 2 Aplicações/Ano	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais
1	Dedetização, desratização e descupinização nas unidades vinculadas à GEX Curitiba/PR	3417	58.739	117.479	R\$ 70.487,26
2	Dedetização, desratização e descupinização nas unidades vinculadas à GEX Cascavel/PR	3417	46.407	92.814	R\$ 55.688,22
3	Dedetização, desratização e descupinização nas unidades vinculadas à GEX Londrina/PR	3417	42.123	84.246	R\$ 50.547,62
4	Dedetização, desratização e descupinização nas unidades vinculadas à GEX Maringá/PR	3417	25.752	51.504	R\$ 30.902,53
5	Dedetização, desratização e descupinização nas unidades vinculadas à GEX Ponta Grossa/PR	3417	38.667	77.335	R\$ 46.400,75
6	Dedetização, desratização e descupinização nas unidades vinculadas à Porto Alegre/RS	3417	34.990	69.981	R\$ 41.988,44
7	Dedetização, desratização e descupinização nas unidades vinculadas à GEX Canoas/RS	3417	26.779	53.559	R\$ 32.135,39
8	Dedetização, desratização e descupinização nas unidades vinculadas à GEX Caxias do Sul/RS	3417	17.344	34.688	R\$ 20.813,02
9	Dedetização, desratização e descupinização nas unidades vinculadas à GEX Ijuí/RS	3417	36.856	73.711	R\$ 44.226,74
10	Dedetização, desratização e descupinização nas unidades vinculadas à GEX Novo Hamburgo/RS	3417	41.773	83.546	R\$ 50.127,85
11	Dedetização, desratização e descupinização nas unidades vinculadas à GEX Passo Fundo/RS	3417	25.825	51.651	R\$ 30.990,53
12	Dedetização, desratização e descupinização nas unidades vinculadas à GEX Pelotas/RS	3417	28.765	57.530	R\$ 34.517,93
13	Dedetização, desratização e descupinização nas unidades vinculadas à GEX Santa Maria/RS	3417	18.813	37.625	R\$ 22.575,13
14	Dedetização, desratização e descupinização nas unidades vinculadas à GEX Uruguaiana/RS	3417	13.890	27.781	R\$ 16.668,43

15	Dedetização, desratização e descupinização nas unidades vinculadas à GEX Florianópolis/SC	3417	40.606	81.213	R\$ 48.727,70
16	Dedetização, desratização e descupinização nas unidades vinculadas à GEX Blumenau/SC	3417	18.863	37.727	R\$ 22.635,91
17	Dedetização, desratização e descupinização nas unidades vinculadas à GEX Chapecó/SC	3417	33.340	66.680	R\$ 40.007,76
18	Dedetização, desratização e descupinização nas unidades vinculadas à GEX Criciúma/SC	3417	21.855	43.709	R\$ 26.225,48
19	Dedetização, desratização e descupinização nas unidades vinculadas à GEX Joinville/SC	3417	19.902	39.804	R\$ 23.882,64
TOTAL DA LICITAÇÃO			591.291	1.182.582	R\$ 709.549,34

**1.2.1. Ao valor da contratação estão inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguros e outros eventualmente necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.**

**1.2.2.** As quantidades indicadas no subitem **1.2. TABELA DE ITENS, QUANTIDADES E VALORES** são aquelas que poderão ser, eventualmente, solicitadas à Contratada durante a vigência contratual, ou seja, tratam-se de **serviços sob demanda da Administração**, sendo facultado à Contratante a utilização total ou parcial dos quantitativos indicados neste Termo de Referência. Portanto, será efetuado o pagamento à Contratada somente dos serviços realmente prestados e inerentes às quantidades efetivamente solicitadas pela Contratante durante a vigência contratual.

**1.2.3. TABELA DE DESCRIÇÕES DETALHADAS:** A tabela a seguir, que contém as descrições detalhadas dos itens que compõem o objeto licitatório. Esta tabela complementar vincula-se diretamente àquela indicada no subitem **1.2. TABELA DE ITENS, QUANTIDADES E VALORES**:

### **1.2.3. TABELA DE DESCRIÇÕES DETALHADAS**

#### **DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL:**

1.

Os serviços serão prestados nos endereços descritos no Anexo II do Edital

**DAS NORMAS REGULAMENTADORAS (NR):** Os serviços executados deverão atender, no que couber, às Normas Regulamentadoras (NR) abaixo elencadas:

1.

**NR-33** (trabalhos em espaços confinados);

2.

**NR-35** (trabalhos executados em altura);

3.

**NR-06** (execução do trabalho com uso de EPI);

4.

**Outras NR's vigentes** que estejam relacionadas ao objeto contratual, que podem ser consultadas em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs>

**ORDEM DE SERVIÇO, CRONOGRAMA, DATAS/PRAZOS PARA INÍCIO/CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS:**

1.

Cada execução de cada serviço contratado terá início a contar da data indicada na **ORDEM DE SERVIÇO (O.S.)**, conforme cronograma a ser estabelecido pela Contratante.

2.

A Contratada deverá realizar a prestação do serviço **a qualquer tempo, inclusive aos sábados, domingos e feriados**, de modo a não haver interferência na rotina das atividades administrativas do INSS, em dias e horários que serão acordados posteriormente junto à Contratante e a Contratada.

3.

O prazo para execução dos serviços é de 20 dias a partir da emissão da ordem de serviço. Esse prazo de conclusão poderá ser alterado/prorrogado no interesse da Administração.

---

**DO PRAZO E COBERTURA INERENTE À GARANTIA PELOS SERVIÇOS PRESTADOS:**

1.

Após a conclusão de cada serviço, deverá ser fornecida pela Contratada a respectiva **GARANTIA/LAUDO /CERTIFICAÇÃO**, no **prazo de até 10 (dez) dias corridos** ou outro acordado junto à Contratante, com **GARANTIA DE 06 (SEIS) MESES**.

2.

Logo após realização de cada serviço ou em prazo definido pela Contratante, no que tange aos serviços de dedetização e controle de pragas urbanas, a Contratada **deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação**, nos locais cujo serviço foi executado, contendo a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental, em atendimento ao Art. 21, da Resolução ANVISA RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009.

3.

Caso seja constatada pela fiscalização técnica da Contratante a **INEFICÁCIA TOTAL OU PARCIAL** do serviço prestado, desde que esteja dentro do período de garantia pelo serviço prestado, a Contratada deverá, às suas custas e sem quaisquer ônus adicionais à Contratante, proceder à **execução de serviço em caráter corretivo/preventivo/profilático**, ou seja, repetir todos os procedimentos anteriores ou tomar novas providências, quantas vezes forem necessárias, para sanar os problemas/vícios, de modo a atender plenamente ao que se propõe o objeto contratual.

---

**ATENDIMENTO PELA CONTRATADA À RESOLUÇÃO ANVISA RDC Nº 52/2009:**

1.

No que tange à prestação dos serviços de **dedetização e controle de pragas urbanas** como um todo, a Contratada deverá atender plenamente à Resolução ANVISA RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, que dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências; dentre as obrigatoriedades previstas na Resolução em menção, **ressaltam-se**, in verbis:

1.1.

Art. 5º A empresa especializada somente pode funcionar depois de **devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente**. [...]

1.2.

Art. 8º A empresa especializada **deve ter um responsável técnico devidamente habilitado** para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho. [...]

1.3.

§2º A empresa especializada **deve possuir registro junto ao conselho profissional** do seu responsável técnico. [...]

1.4.

Art. 13. Todos os procedimentos de diluição ou outras manipulações autorizadas para produtos saneantes desinfestantes, da técnica de aplicação, da utilização e manutenção de equipamentos, de transporte, de destinação final e outros procedimentos técnicos ou operacionais, devem estar descritos e disponíveis na forma de **Procedimentos Operacionais Padronizados (POP)**, inclusive com informações sobre o que fazer em caso de acidente, derrame de produtos químicos, saúde, biossegurança e saúde do trabalhador, sem prejuízo da legislação vigente.

1.5.

Art. 15. A empresa especializada **deve retornar as embalagens vazias** ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte. [...]

1.6.

Art. 20. A empresa especializada deve **fornecer ao cliente o comprovante de execução de serviço** contendo, no mínimo, as seguintes informações:

1.6.1.

I - nome do cliente; II - endereço do imóvel; III - praga(s) alvo; IV - data de execução dos serviços; V - prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo; VI - grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado( s); VII - nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); VIII - orientações pertinentes ao serviço executado; IX - nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente; X - número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e XI - identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.

1.7.

Art. 21. Quando a aplicação ocorrer em prédios de uso coletivo, comercial ou de serviços, a empresa especializada **deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação**, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental. [...]

---

#### **OUTRAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:**

1.

Todos os procedimentos, técnicas, materiais, etc, inerentes aos serviços prestados deverão **seguir rigorosamente às legislações, normas, resoluções, portarias e demais regulamentações** ambientais, sanitárias, de segurança e saúde do trabalho, dentre outras exigidas em âmbito Federal/Estadual /Municipal.

2.

Os saneantes domissanitários/desinfetantes a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados na ANVISA, conforme Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC ANVISA Nº 52, de 22 de outubro de 2009.

3.

Havendo ou surgindo no decorrer da execução do objeto contratual: **melhores técnicas, tecnologias, procedimentos, ferramentas, equipamentos, máquinas, pesticidas, dentre outros materiais que sejam, comprovadamente, de qualidade equivalente ou similar ou superior** às previstas

neste Termo de Referência no que tange aos aspectos qualitativos e/ou quantitativos, estes poderão ser adotados pela Contratada desde que estejam em consonância ao disposto no subitem anterior e haja prévia autorização formal por parte da Contratante.

4.

Deverá a Contratada instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvios de função.

5.

Caso seja necessário afastar móveis ou outros objetos para aplicação dos produtos na execução dos serviços previstos neste Termo de Referência, o **afastamento/recolocação de tais objetos deverá ser providenciado às expensas da Contratada**, assim como a proteção dos bens móveis e imóveis da Contratante, como por exemplo; bebedouros e demais itens que não devam ser expostos à ação dos produtos, inclusive com material disponibilizado pela Contratada. Havendo esta necessidade, ao término da aplicação dos produtos, respeitando o tempo necessário à segurança da saúde dos usuários, a Contratada deverá voltar os móveis ao seu local de origem, e retirar as proteções colocadas.

6.

Desde que respeitadas as determinações do plano de trabalho indicado pela fiscalização/gestão da Contratante, a Contratada poderá realizar o serviço da forma que considerar a mais adequada, devendo, porém, responsabilizar-se pelas consequências do uso irregular dos produtos e ou danos causados à Contratante e a terceiros e/ou aos bens permanentes ou de consumo destes, decorrentes da execução dos serviços.

7.

É de responsabilidade da Contratada manter as dependências do INSS livre da presença de quaisquer resquícios de dejetos, restos de embalagens e materiais diversos que sejam provenientes da execução dos serviços.

8.

Ocorrendo qualquer dano, avaria ou mancha, nos locais onde serão executados os serviços bem como nas demais dependências e acessos à área de trabalho, a Contratada deverá assumir a imediata reparação, restaurando às condições originais da edificação.

9.

A coleta, o transporte e o descarte dos resíduos/embalagens/afins advindos da execução dos serviços é de inteira responsabilidade da Contratada, devendo se atentar às legislações ambientais e sanitárias vigentes.

---

#### LEGISLAÇÃO CORRELATA AO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

1.

**Lei federal nº 6.360, de 1976** (Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.)

2.

**Decreto nº 8.077, de 2013** (Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências)

3.

**RDC ANVISA nº 52, de 22 de outubro de 2009** (Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências)



4.

**RDC ANVISA nº 16, de 1º de abril de 2014** (Dispõe sobre Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas)

5.

**Instrução Normativa Ibama nº 141, de 19 de dezembro de 2006 – art. 5º e 9º** (Regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva.)

6.

**Lei nº 12.305/2010** (Política Nacional de Resíduos Sólidos)

7.

**Decreto 9.177, de 2017** (Regulamenta o art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e complementa os art. 16 e art. 17 do Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 e dá outras providências.)

8.

**Outras disposições legais, normas, portarias e demais regulamentos que estejam vigentes e que, porventura, não estejam referenciados neste Termo de Referência, Edital e seus anexos não eximem a Contratada da responsabilidade por seu pleno cumprimento.**

#### 1.2.3.2. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

##### **DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO e DESCUPINIZAÇÃO:**

1.

Tratam-se de serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra inerentes à **desinsetização, desratização e descupinização** com o fornecimento de todos os materiais e mão de obra indispensáveis à plena execução dos serviços.

2.

**Quantidade:** Trata-se de **1 execução semestral (sob demanda da Administração).**

##### **TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS RECOMENDADOS (DESINSETIZAÇÃO):**

1.

Ressalta-se que outros procedimentos e técnicas que atendam plenamente às legislações e normas ambientais, sanitárias e de segurança do trabalho poderão ser adotados pela Contratada desde que previamente autorizados pela Contratante.

2.

Utilizar produtos adequados para a desinsetização, como gel inseticida, pulverização, micropulverização, atomização, uso de iscas e armadilhas, adesivos específicos e outros materiais necessários, etc, empregando a melhor técnica para eliminar todas as pragas existentes e valendo-se de técnicas de controle natural quando possível.

3.

A pulverização ou micropulverização líquida será realizada em tetos, paredes, superfícies, frestas, fendas, buracos, rodapés (internos e externos), caixa de gordura, ralos, piso do ambiente interno e externo, esconderijos em potencial onde possam estar alojadas as pragas, etc. A imunização pode ser realizada

*através de pulverização ou atomização, ambas com aspersão de inseticida em solução aquosa de baixo odor e reduzido grau tóxico com efeito desalojante, “knockdown” (choque) e residual, atuando por contato, etc;*

4.

*Nas caixas de esgoto além de emprego de inseticidas/pesticidas líquidos será empregado pó seco de ação cumulativa, aplicadas em áreas secas, com aplicação em ralos/grelhas, pátio, esgotos, etc;*

5.

*Nos maquinários e equipamentos eletroeletrônicos deverá ser realizada a aplicação de gel específico para baratas e formigas.*

6.

*Utilizar iscas em caixas (armadilhas) vedadas, evitando riscos à saúde humana e outras espécies animais;*

7.

*Utilizar produtos com baixa toxicidade para o homem, evitando a necessidade de longos períodos de ausência dos locais imunizados;*

8.

*Controle para evitar o aparecimento de insetos rasteiros e voadores que possam causar prejuízos à saúde humana;*

9.

*Vedar as caixas de gordura e de passagem, bocas de lobo, grelhas, ralos e outros quando aplicar produtos nos mesmos, evitando que baratas, insetos e outros entrem no interior dos prédios;*

10.

*Realizar a profilaxia (prevenção);*

11.

*Outros procedimentos que se fizerem necessários ao combate/controle das pragas.*

---

#### **TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS RECOMENDADOS (DES RATIZAÇÃO):**

1.

*Ressalta-se que outros procedimentos e técnicas que atendam plenamente às legislações e normas ambientais, sanitárias e de segurança do trabalho poderão ser adotados pela Contratada desde que previamente autorizados pela Contratante.*

2.

*Utilizar produtos rodenticidas/raticidas com efeito rápido contra ratos, ratazanas e camundongos, seguro ao homem e outras espécies animais, antídoto fácil e seguro, uso profissional, altamente palatável aos roedores.*

3.

*De acordo com a melhor técnica a ser adotada para o extermínio desses roedores, deverá ser utilizado: bloquete parafinado, isca parafinada, pó de contato ou granulado, instalando caixas porta iscas e podendo ser instaladas outras armadilhas e semelhantes, desde que comprovada cientificamente sua efetividade.*

4.

*Deverão ser colocadas caixas-porta iscas (novas e dentro da validade), lacradas, de boa qualidade, que serão identificadas no local mediante fixação de cartazes. Essas caixas-porta iscas deverão possuir boa*

fixação e proteção para que não sejam danificadas / deslocadas / consumidas ou acidentalmente por pessoas ou animais domésticos (ex: cachorros e gatos), devendo ser observada a quantidade ideal a ser colocada para que atenda perfeitamente todo o Câmpus SP Pirituba.

5.

O material a ser utilizado na isca deverá ser eficaz, resistente a água possuir um poder fulminante, com características de matar os roedores, não permitindo, assim, a circulação de ratos envenenados, bem como não permitir que os ratos, depois de mortos, vão à putrefação, exalando mau cheiro e venham a causar entupimentos nas tubulações;

6.

O objetivo é criar uma barreira física ao redor das edificações, de forma que ao procurar alimento, os roedores irão encontrar nas caixas a alimentação que procuram, alimentando-se e alimentando a ninhada nas tocas.

7.

Quanto ao uso de iscas raticida, essas devem conter substâncias amargantes ao paladar humano, para prevenir o risco de ingestão acidental.

8.

Utilizar iscas em caixas (armadilhas) vedadas, evitando riscos à saúde humana e outras espécies animais;

9.

Realizar a profilaxia (prevenção);

10.

Outros procedimentos que se fizerem necessários ao combate/controle das pragas.

11.

**Outras disposições legais, normas, portarias e demais regulamentos que estejam vigentes e que, porventura, não estejam referenciados no Termo de Referência, Edital e seus anexos não eximem a Contratada da responsabilidade por seu pleno cumprimento.**

#### **TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS RECOMENDADOS (DESCUPINIZAÇÃO):**

1.

Ressalta-se que outros procedimentos e técnicas que atendam plenamente às legislações e normas ambientais, sanitárias e de segurança do trabalho poderão ser adotados pela Contratada desde que previamente autorizados pela Contratante.

2.

Fazer a inspeção do local, a identificação do espécime, identificar a técnica a ser adotada, selecionar o produto, bem como os equipamentos;

3.

Retirar os núcleos e os sub-núcleos;

4.

**Descupinização com tratamento em madeiramento:** Serão feitas furações estratégicas para injeção do pesticida no madeiramento. Após este procedimento, realiza-se uma pulverização externa, criando uma camada de proteção.

5.

**Descupinização localizada em mobiliários, portas, batentes, pisos, forros, dentre outros objetos e estruturas em madeira diversos:** Consiste em aplicar a calda cupinicida diretamente no local afetado por injeção, tratando cada ponto separadamente.

6.

Realizar a profilaxia (prevenção);

7.

Outros procedimentos que se fizerem necessários ao combate/controle das pragas.

8.

**Outras disposições legais, normas, portarias e demais regulamentos que estejam vigentes e que, porventura, não estejam referenciados neste Termo de Referência, Edital e seus anexos não eximem a Contratada da responsabilidade por seu pleno cumprimento.**

**1.3. Tratam-se de Serviços Continuados Sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra a serem prestados nas dependências da Contratante.**

**1.3.1.** O serviço é enquadrado como **CONTINUADO** tendo em vista que sua interrupção poderia acarretar no comprometimento das atividades Administrativas das unidades do INSS, portanto, trata-se de serviço que deve se estender por mais de um exercício financeiro e de forma contínua, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o disposto no Estudo Técnico Preliminar, anexo ao Edital.

**1.4.** Os serviços serão prestados nos Endereços listados no Anexo II do Edital.

**1.5. Para fins do disposto neste Estudo Técnico Preliminar, consideram-se:**

**1.5.1. MATERIAIS:** refere-se tanto aos materiais de consumo quanto aos materiais permanentes que devem ser fornecidos pela Contratada durante a execução do objeto, sem quaisquer ônus à Contratante para que haja a plena execução do objeto contratual.

**1.5.2. MÃO DE OBRA:** refere-se tanto à mão de obra inerente ao próprio quadro de funcionários da Contratada quanto aquela que, porventura, poderá ser subcontratada caso haja necessidade durante a execução do objeto contratual, conforme disposto em detalhes no subitem

**1.6.** O objeto da licitação tem a natureza de **SERVIÇO COMUM** de **desinsetização, desratização e descupinização, com o fornecimento de todos os materiais e mão de obra indispensáveis à plena execução dos serviços**, conforme previsto no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, anexo ao Edital.

**1.7.** Os quantitativos, descrições e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima deste Termo de Referência.

**1.7.1.** Caso haja divergências entre as informações constantes no sistema Compras.gov.br (códigos dos itens CATMAT /CATSER, lotes, quantidades, valores, descrições dos itens cadastrados, etc) e aquelas previstas neste Termo de Referência, sempre prevalecerão as últimas.

**1.8.** A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Unitário**.

**1.9. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data prevista no Termo de Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.**

**1.10. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.**

## 9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Dispõe acerca das estimativas e das justificativas das quantidades dos itens da solução a contratar, em função do consumo e provável utilização, devendo a estimativa ser obtida, a partir de fatos concretos (Ex: série histórica do consumo - atendo-se a eventual ocorrência vindoura capaz de impactar o quantitativo demandado, criação de órgão, acréscimo de atividades, necessidade de substituição de bens atualmente disponíveis, etc)

### 1) DA JUSTIFICATIVA PARA O QUANTITATIVO PROPOSTO:

O quantitativo inframencionado encontra respaldo a partir do histórico de consumo da Superintendência Regional Sul obtido a partir de contratações anteriores, análise do quantitativo presente em soluções similares de outros órgãos e ratificação das metragens junto à Divisão de Engenharia da SRSUL. O quantitativo considera a melhor solução considerando-se as necessidades técnicas reais e limitações orçamentárias vigentes da SRSUL/INSS.

### 2) ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

Os endereços, metragem dos imóveis e quantidades a serem contratadas constam discriminadas na planilha do Anexo II do Edital.

## 10. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 709.549,34

Dispõe acerca das estimativas. São as estimativas preliminares dos preços dos itens a contratar feitas com base no levantamento de mercado, no intuito de apoiar a análise de viabilidade da contratação, em especial com respeito à relação de custo-benefício da contratação

### 1) DO ATENDIMENTO AO PRECONIZADO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65/2021:

O orçamento estimado foi obtido a partir de pesquisas de preços em conformidade à **Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021**, tendo em vista o disposto na **Nova Lei de Licitações e Contratos, Art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021**. Trata-se, portanto, de orçamento cujo valor é contemporâneo e compatível aos valores praticados pelo mercado no que tange à exequibilidade.

Os orçamentos utilizados para a estimativa do valor da contratação encontram-se sintetizados em relatório proveniente do aplicativo Pesquisa de Preços disponível no [gov.br/compras](http://gov.br/compras).

### 2) DA ANÁLISE CRÍTICA DE PREÇOS:

*1. Informo que a presente contratação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos - NLLC).*

2. O memorial de cálculo inerente à pesquisa de preços está disposto no Relatório constante no processo em epígrafe, e foi elaborado em conformidade à Instrução Normativa SEGES/ ME n. 65/2021 (Pesquisa de Preços), em consonância à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3. Quanto à metodologia para obtenção do preço estimado, foi utilizada a média aritmética simples entre três ou mais orçamentos pesquisados para cada item licitatório, expurgando-se nesse cômputo todos os valores que destoavam demais dos limites superiores e inferiores com relação à linha média de preços, seguindo-se o disposto no Art. 6º da IN 65/2021 e parágrafos § 1º a § 6º, in verbis:

*"Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados."*

4. Os orçamentos obtidos refletem a realidade de mercado para o objeto dessa contratação, sendo contemporâneos e exequíveis os valores orçados.

5. O valor global estimado para a presente contratação é de **R\$ 709.549,34 (setecentos e nove mil, quinhentos e quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos)** para o total de **1.182.582 metros²** que corresponde ao valor de **R\$ 0,60 m²**.

## 11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Dispõe acerca da decisão e da justificativa de dividir ou não a solução em parcelas, analisando-se, no que couber, se é economicamente viável, se não há perda de economia de escala, se há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução

### 1) QUADRO ANALÍTICO PARA AVERIGUAÇÃO DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

O **quadro analítico** abaixo foi adaptado das sugestões de controle interno dispostos na seção de 'Riscos e Controles nas Aquisições' (RCA), do Portal do Tribunal de Contas da União - TCU.

Conforme RCA/TCU, a equipe de planejamento da contratação deve avaliar se a solução é divisível ou não, levando em conta o mercado que a fornece e atentando que **"a solução deve ser parcelada quando a resposta a todas as 4 perguntas a seguir forem positivas"** (RCA/TCU), in verbis:

*"As obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica<sup>(1)</sup> e economicamente viáveis<sup>(2)</sup>, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade<sup>(4)</sup>, sem perda da economia de escala<sup>(3)</sup>"*

**Ressalta-se que a regra, sempre quando viável, é o parcelamento da solução em mais itens sempre que a mesma for divisível e desde que não haja inviabilidade técnica e/ou econômica, prejuízos para o conjunto da solução e/ou perda de economia de escala, sempre visando a ampla participação e competitividade entre os licitantes.**

QUADRO ANALÍTICO: "a solução deve ser parcelada quando a resposta a todas as 4 perguntas a seguir forem positivas". Indique com "X" se "Sim" ou "Não" nos campos ao lado.	SIM	NÃO
1) É tecnicamente viável dividir a solução?	X	
2) É economicamente viável dividir a solução?	X	
3) Não há perda de economia de escala ao dividir a solução?	X	
4) Há o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?	X	

Considerado o levantamento anterior, caso a resposta no **QUADRO ANALÍTICO** supracitado **não tenha sido positiva para todas as 4 perguntas, levanta-se a hipótese de que a solução não é parcelável**, cabendo à Equipe de Planejamento analisar, no que couber, acerca do resultado verificado e justificar no campo abaixo as razões que viabilizam ou inviabilizam o parcelamento:

<b>DECLARAÇÃO: É viável o parcelamento da solução?</b> (indique com "X" se "Sim" ou "Não" nos campos ao lado)	SIM	NÃO
<b>JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (campo abaixo):</b>	X	
<p><b><u>Opta-se pelo parcelamento da solução sendo a contratação subdividida em 19 itens, tendo em vista a grande área geográfica de abrangência da Superintendência Regional Sul.</u></b></p> <p>Quanto ao agrupamento dos serviços de desinsetização, desratização e descupinização, justifica-se a contratação conjunta pois o serviço é único e de natureza definida, sendo técnica e economicamente inviável o parcelamento em várias partes. O parcelamento da solução poderia ocasionar na falta de padronização dos serviços prestados por empresas diversas que disputem e ganhem itens licitatórios distintos que possuem afinidades entre si, gerando-se distorções no que tange à qualidade do serviço prestado por uma empresa em relação às demais.</p> <p>Há inúmeras empresas habilitadas para participarem do certame da forma proposta, o que não restringe a competitividade não havendo perda de economia de escala. O parcelamento do objeto com a divisão dos serviços pode trazer maiores riscos de problemas na atribuição de responsabilidade pela garantia do bom funcionamento do sistema. Por fim, a licitação sem o parcelamento do objeto promoverá redução nos custos administrativos, especialmente no que tange à gestão e fiscalização do contrato advindo da presente contratação, mobilizando-se menor quantitativo de servidores.</p> <p>Ressalta-se que não haverá perda de economia de escala e haverá melhor aproveitamento das condições reais de mercado e ampliação da competitividade. Neste sentido, optou-se pela contratação agrupada dos serviços de desinsetização, desratização e descupinização dividida em 19 itens, visando a ampliação da competitividade e das vantagens técnicas e econômicas para a Administração.</p>		

## 12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Dispõe se há contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da contratação pretendida, sejam elas já realizadas, ou contratações futuras. A lógica por trás dessa exigência é fazer com que as contratações sejam pensadas de forma sistêmica, integrada. Perceba que uma só existe em razão da outra.

### 12.1. CONTRATAÇÕES CORRELATAS:

No que tange à definição, contratações correlatas "são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal", conforme definição disposta na seção de Dúvidas Frequentes do Portal de Compras Governamentais.

- Considerando-se a definição supracitada, a Equipe de Planejamento verificou que **HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS** com relação ao objeto da presente demanda, mas que já foram licitados, a saber:
  - SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO;
  - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL;
  - SERVIÇO DE VIGILÂNCIA OSTENSIVA.

### 12.2. CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES:

No que tange à definição, contratações interdependentes "são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação", conforme definição disposta na seção de Dúvidas Frequentes do Portal de Compras Governamentais.

Considerando-se a definição supracitada, a Equipe de Planejamento verificou que **NÃO HÁ CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES** com relação ao objeto da presente demanda, sejam serviços já licitados ou que necessitem ser licitados de forma conjunta com o objeto do presente estudo técnico.



### 13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Dispõe acerca do alinhamento da presente contratação com elementos dos planos estratégicos e diretores do Órgão e ao PCA - Plano de Contratações Anual, justificando-se, no que couber, quanto à ausência dessa previsão, se for o caso

A contratação dos serviços objeto deste documento atende ao Planejamento Estratégico da Direção Central do INSS em Brasília, estando contemplada no Mapa Estratégico 2020-2023 e no Plano de Ação, ambos aprovados pelo Comitê Estratégico de Governança do INSS, por meio da Resolução nº 2/CEGOV/INSS, de 31 de dezembro de 2019, atualizada pela Resolução Nº 7 /CEGOV/INSS, de 10 de junho de 2020. Enquadra-se na Gestão Eficiente de Recursos.

Além de estar alinhado com o Planejamento Estratégico, a contratação está prevista no PAC 2023 (SEI 10432450) da SR SUL.

## 14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Dispõe acerca da descrição dos ganhos diretos e indiretos que se almeja com a contratação, essencialmente efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável e sempre que possível, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis

### 1) BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS.

BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO	
Nº	Descrição dos benefícios
1	Promover a saúde, a segurança e o bem-estar geral dos ocupantes do espaço físico do INSS SRSUL, garantindo-se um ambiente salubre e seguro.
2	Potencializar a imagem institucional do INSS SRSUL no que tange aos aspectos de salubridade, segurança e conforto, que são parâmetros que relacionam-se, direta ou indiretamente, à qualidade dos serviços prestados pela Autarquia.
3	Mitigar o aparecimento e proliferação de pragas/vetores de doenças por meio dos serviços de dedetização e controle de pragas diversas que possam expor a comunidade a riscos em potencial.

### 2) DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR):

Para fins de medição dos resultados, objetivando alcançar os benefícios pretendidos com a presente contratação, será implementado para a presente contratação o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, e que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações do pagamento.

Constam no IMR (Anexo VI do Edital) os seguintes parâmetros, *in verbis*:

INDICADOR 1	Atrasos anormais às respostas comunicadas pela Contratante e/ou Gestão e ou Fiscalização do contrato e/ou que extrapolem o prazo concedido.
INDICADOR 2	Descumprimento/atrasos na entrega dos serviços pactuados; Falta de assiduidade/pontualidade de qualquer natureza quando da solicitação de serviços pela Contratante ou quando os prazos estiverem previamente estabelecidos no Contrato, Edital e seus anexos.
INDICADOR 3	Danos e/ou Prejuízos e/ou Vícios e/ou Falhas de quaisquer natureza quando da execução dos serviços, causando prejuízos e/ou danos morais, materiais ou físicos.
INDICADOR 4	Descumprimento no que tange à falta na qualidade e/ou quantidade quando da prestação dos serviços e/ou do fornecimento de equipamentos e insumos diversos necessários à plena execução dos serviços, nos prazos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
INDICADOR 5	Falha ou atraso na prestação da garantia do serviço prestado.

## 15. Providências a serem Adotadas

Dispõe acerca da descrição, no que couber, se há ações que deverão ser executadas pelo INSS antes da formalização da futura contratação, com vistas à correta execução contratual (Pequenas intervenções de engenharia, ajustes de sistemas, capacitação de servidores e outros)

**15.1. O INSS - SRSUL já dispõe das condições e infraestrutura adequadas para a plena e execução dos serviços pela Contratada**, visto se tratar da contratação de serviço que foi contratado e executado em moldes semelhantes no final de 2022, não havendo, portanto, a necessidade de readequações ou reestruturação do ambiente onde o serviço será prestado.

## 16. Possíveis Impactos Ambientais

Dispõe acerca do estudo dos possíveis impactos ambientais que, porventura, possam surgir em decorrência da contratação pretendida, com a identificação, no que couber, das ações mitigadoras para se prevenir ou contingenciar os riscos potenciais ao meio ambiente

### 1) DA SUSTENTABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

No que tange ao atendimento dos critérios de sustentabilidade, o presente estudo toma por base, principalmente, ao constante no **Guia Nacional de Licitações Sustentáveis**, disponibilizado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade (CNS), da Controladoria Geral da União - CGU. No referido Guia, recomenda-se atenção aos seguintes dispositivos legais, a saber:

#### GUIA NACIONAL DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - CGU, 4ª EDIÇÃO, AGOSTO 2022 (P. 200 - 202):

##### "LEGISLAÇÃO:

- Lei federal nº 6.360, de 1976 (Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.)
- Decreto nº 8.077, de 2013 (Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências)
- RDC ANVISA nº 52, de 22 de outubro de 2009 (Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências)
- RDC ANVISA nº 16, de 1º de abril de 2014 (Dispõe sobre Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas)
- Instrução Normativa Ibama nº 141, de 19 de dezembro de 2006 – art. 5º e 9º (Regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva.)
- Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 201
- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

##### PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES:

- A empresa especializada somente pode funcionar depois de devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente.
- A empresa instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.
  - A contratação de prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente pode ser efetuada com empresa especializada.
  - Para a prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente podem ser utilizados os produtos saneantes desinfestantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente registrados na Anvisa.
  - A empresa especializada deve ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho.
  - A empresa especializada deve possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico.
  - Nenhum saneante domissanitário, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde/ANVISA.
  - No que se refere à logística reversa:
    - a) a empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas deve retornar as

embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte.

b) o destino final das embalagens dos produtos saneantes desinfestantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade do seu respectivo fabricante/ importador.

c) a empresa especializada fica obrigada a devolver as embalagens, no prazo máximo de um ano da data de compra dos respectivos produtos, aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados e previamente licenciados pelo órgão estadual competente.

c.1) caso essa devolução não ocorra, a responsabilidade pelo destino final passa a ser da empresa especializada que deve guardar os comprovantes da referida destinação.

c.2) o estabelecimento que as receber deve fornecer à empresa especializada documento comprobatório de recebimento das embalagens.

- A empresa especializada fica obrigada a inutilizar as embalagens dos produtos saneantes desinfestantes antes de sua devolução aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados.

- As embalagens laváveis dos produtos saneantes desinfestantes devem ser submetidas à tríplice lavagem antes de sua devolução, devendo a água ser aproveitada para o preparo de calda ou inativada, conforme instruções contidas na rotulagem ou por orientação técnica do fabricante do produto e do órgão competente.

- As embalagens vazias de produtos que não apresentam solubilidade em água não devem passar por tríplice lavagem, devendo a empresa especializada seguir as orientações do fabricante e as legislações vigentes.

- A empresa especializada deve fornecer ao cliente o comprovante de execução de serviço contendo, no mínimo, as informações exigidas no art. 20 da RDC ANVISA nº 52, de 2009.

- Quando a aplicação ocorrer em prédios de uso coletivo, comercial ou de serviços, a empresa especializada deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental

#### **PRECAUÇÕES:**

- De acordo com a IN no. 5/2017, SEGES/MPDG, a Administração deve atentar para a inserção de exigências de sustentabilidade na execução do serviço (Anexo VI – B da IN 5/2017)

## **17. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **17.1. Justificativa da Viabilidade**

Nessa esteira, por todo o exposto, declara-se a viabilidade da contratação pretendida através do Documento de Formalização de Demanda (Doc. SEI nº 10420325) propulsor do presente processo administrativo licitatório.

## **18. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**VIVIAN ZENKER**

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 11/05/2023 às 16:29:41.

**ALESSANDRA MUSSI DA SILVA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 11/05/2023 às 17:31:33.*